

Os impactos da pandemia de COVID-19 na (In)segurança alimentar entre os estudantes universitários no Oeste da Bahia.¹

Pedro Paulo Amorim Cezar (UFOB)²

RESUMO

A insegurança alimentar (IA) refere-se à falta de acesso regular e seguro a alimentos nutritivos em quantidade e qualidade suficientes para uma vida saudável. Esse fenômeno aflige também os universitários, especialmente durante o período da pandemia da Covid-19, em razão da suspensão das aulas presenciais e fechamento dos Restaurantes Universitários. Esta pesquisa tem como objetivo compreender os impactos da pandemia na insegurança alimentar de universitários na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Trata-se de uma pesquisa de mestrado em andamento, utilizando-se metodologias qualitativas, tais como revisão bibliográfica e documental. O território onde essa pesquisa se insere, é marcado pela forte expansão do agronegócio. No que tange aos universitários, os Restaurantes Universitários (RU) oferecem refeições acessíveis e nutritivas aos estudantes, o que corrobora com a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. A suspensão das aulas presenciais no período da pandemia de Covid-19 pode ter gerado impactos negativos nas condições alimentares dos estudantes, muito embora a instituição tenha oferecido auxílios em forma de pecúnia para os alunos em maiores condições de vulnerabilidade. Nesse contexto, é necessário maior atenção as políticas públicas no âmbito da alimentação, inclusive, com articulação com restaurantes universitários, para fornecimento de alimentos in natura adequados e saudáveis.

Palavras-chave: Segurança Alimentar. Universitários. Agronegócio.

INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar (IA) refere-se à falta de acesso regular e seguro a alimentos nutritivos em quantidade e qualidade suficientes para uma vida saudável. Segundo últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNADC/IBGE de 2023, cerca de 27,6% da população brasileira enfrenta algum grau de insegurança alimentar (Ferreira, 2024). Esse dado mostra uma melhora nos parâmetros da fome, após o Brasil chegar a marca de 58,7% de pessoas em situação de IA no período da pandemia de Covid-19 (Rede Penssan, 2022).

Esse fenômeno aflige também os universitários, especialmente durante o período da pandemia de Covid-19. Em 2020, visando controlar os efeitos da crise sanitária, foi necessário a adoção de algumas medidas para contenção do vírus, tais como o isolamento

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

² Mestrando em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do Oeste da Bahia. Barreiras – BA. E-mail: nutripedroamorim@gmail.com

social, que impôs a suspensão das aulas presenciais nas escolas e universidades, além da interrupção das atividades dos restaurantes universitários, que pode ter afetado as condições alimentares desse público.

Esta pesquisa concentra-se região oeste da Bahia, especificamente nos estudantes da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), instituição criada em 2013, fruto de uma política de interiorização do ensino superior. O fenômeno da interiorização tem como objetivo promover o acesso à educação superior em regiões afastadas dos grandes centros, reduzindo as desigualdades regionais e ampliando as oportunidades no âmbito da educação para a população.

O território onde essa pesquisa se insere é marcado pela forte expansão do agronegócio. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 93% da produção agropecuária no território é de origem não familiar, mostrando a expansão desta atividade econômica na região (Bahia, 2021). Além disso, o Oeste da Bahia é responsável por 89,9% da produção de grãos e 3,3% do montante nacional, registrando recorde na produção de soja e milho na safra de 2022/2023 (Aiba, 2024).

O agronegócio pode aprofundar desigualdades na região, em razão da maior concentração de terras aos grandes produtores, bem como pelo aumento dos preços de custo de vida nas cidades, especialmente com moradia e alimentação, contribuindo com expulsões da população com menor condição socioeconômica.

Esta pesquisa constitui parte integrante de uma pesquisa de mestrado em andamento, que tem como objetivo compreender os impactos da pandemia na insegurança alimentar de universitários na Universidade Federal do Oeste da Bahia. No presente trabalho, foi utilizado dados preliminares referentes as análises bibliográficas e documentais relacionadas à temática.

As pesquisas bibliográficas foram feitas através da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), buscando por meio dos descritores “evasão”, “universitários”, “permanência”, “alimentação”, “segurança alimentar” e “pandemia”, utilizando ‘and’ como operador booleano. Além disso, foram pesquisados também artigos científicos sobre a temática em periódicos na plataforma SciELO. Foram incluídos estudos em português e inglês, que fossem desenvolvidos no Brasil, publicados entre 2020 e 2023. As buscas foram realizadas no mês de janeiro de 2024, onde foram encontradas quatro dissertações de mestrado e dois artigos científicos.

As pesquisas documentais foram realizadas por meio de documentos institucionais da UFOB, tais como Relatórios de Gestão, Relatórios de Autoavaliação

Institucional, além de políticas institucionais, pareceres e diretrizes pertinentes a temática. Todos os documentos foram retirados do site oficial da Universidade.

BARREIRAS: ENTRE CAMPOS E CAMPUS NO OESTE DA BAHIA

A região Oeste da Bahia está situada às margens do Rio São Francisco, um dos principais do Brasil e do Nordeste, apresenta uma população aproximada de mais de 700 mil habitantes e abrange cerca de 32 municípios, sendo Barreiras considerada a cidade-polo (IBGE, 2023; Luz; Andrade, 2010).

A base econômica da região é essencialmente a agricultura e comércio. Na década de 1980, com a chegada de produtores oriundos de outras partes do país, interessados em explorar esse potencial introduzindo a agricultura comercial, houve uma radical e significativa mudança da realidade econômica e produtiva da região, destacando-se a grande produção de soja e algodão (Luz; Andrade, 2010).

Cardoso (2015) evidencia que a evolução histórica da cidade de Barreiras é marcada por três momentos. O primeiro deles, entre os anos de 1891-1950, é marcado pelo extrativismo vegetal (látex) e pelo transporte fluvial por barcas, que desenvolvia fluxo de mercadorias para a região. O segundo momento, entre os anos de 1950 até 1980, é destacado a diminuição do transporte fluvial, instalação de órgãos federais e a chegada do 4º Batalhão de Engenharia de Construção (4ª BEC) para a construção de rodovias federais e estaduais, além do investimento agrícola e dos fluxos migratórios. No terceiro momento, nos anos de 1980 aos dias atuais, houve modernização e expansão do agronegócio e a instalação de multinacionais (Cardoso, 2015).

A partir dos anos de 1980, além da mudança da população rural para zona urbana, o número de habitantes mais que dobrou na cidade de Barreiras em 10 anos, chegando a 84.683 moradores. O crescimento populacional se deve a ação de diferentes agentes, dentre eles o Estado – por meio dos subsídios designados ao desenvolvimento do agronegócio e a ocupação territorial – além dos proprietários fundiários e a população (Nascimento, Brandão, Ferreira, 2020).

O fluxo migratório para a zona urbana é desencadeado também pela mudança na forma de ocupação do solo, que acaba por promover a expulsão dos pequenos agricultores, que passam a residir nas cidades. Ademais, a chegada de novas empresas e migração de profissionais também contribuem com o crescimento da urbanização nas cidades onde se desenvolve o agronegócio globalizado (Pequeno; Elias, 2015).

No entanto, nem todo mundo consegue usufruir do bem da urbanização, e por vezes acabam se instalando em locais periféricos, ocupações irregulares e loteamentos clandestinos, carentes de alguns serviços como saneamento básico, coleta de lixo, e de equipamentos públicos como escolas, postos de saúde, situação observada nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, principais centros do Oeste da Bahia (Pequeno; Elias, 2015).

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento da região foi a expansão do ensino superior, pois, para além da sua importância na agricultura e comércio, Barreiras abriga a Reitoria e o *campus* Reitor Edgard Santos da Universidade Federal do Oeste da Bahia, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), além de outras instituições da rede privada, fato que concede a Barreiras o *status* de cidade universitária.

A UFOB foi criada pela Lei nº 12.825, de 5 de junho de 2013, após um desmembramento do *campus* da UFBA, denominado Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS/UFBA). A universidade possui atualmente cinco *campi*, localizados nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Bom Jesus da Lapa, Barra e Santa Maria da Vitória. Na cidade de Barreiras, são oferecidos 22 cursos de graduação e dez Programas de Pós-graduação *scrito sensu*.

A UFOB, juntamente com as demais universidades da região, tem um papel fundamental na inclusão de novas pessoas no ensino superior, especialmente aquelas que, por muito tempo, foram excluídas desse espaço. Segundo o Relatório de Gestão da UFOB de 2023, a universidade contava com 4821 discentes, sendo a maioria autodeclarados negros (46,21% pardos e 12,92% pretos) e proveniente do ensino básico público (75,1%) (UFOB, 2024).

Esses dados reafirmam o papel social da universidade na inclusão de novos atores sociais no ensino superior, especialmente nas instituições interiorizadas, por favorecer a chegada de grupos historicamente excluídos desse espaço, apoiadas por outras políticas públicas educacionais, tais como Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e a Lei de Cotas.

No entanto, apesar da inclusão, esses grupos podem estar enfrentando desafios adicionais para a sua permanência na instituição. Entre os desafios mais significativos está o alto custo de vida na cidade onde a universidade está localizada. Os universitários podem enfrentar dificuldades para cobrir despesas básicas, como moradia, transporte e alimentação.

Além disso, o custo da alimentação pode limitar o acesso a alimentos de qualidade, contribuindo para a insegurança alimentar, onde os estudantes não têm acesso constante a uma quantidade suficiente de alimentos nutritivos. Como resultado, muitos acabam interrompendo seus estudos por não conseguirem se sustentar economicamente.

A INSEGURANÇA ALIMENTAR NA UNIVERSIDADE

O Direito à Alimentação está garantido desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 e, no Brasil, foi incorporado na Constituição Federal em 2010. O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) está relacionado a proteção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

O conceito de SAN passou por alterações até chegar na forma como hoje é concebido. A ideia de Segurança Alimentar começa a ser evidenciada no período da primeira e segunda guerra, com foco na insuficiência de alimentos. Após isso, a partir da década de 1980, com a chamada Revolução Verde, houve uma mecanização da agricultura que se expandiu pelo mundo (Faqueti, 2019).

Mesmo com toda essa expansão e investimento, a Revolução Verde não trouxe impactos positivos frente ao combate à fome, como bem descreve Faqueti (2019, p. 13):

Apesar da Revolução Verde ter gerado muito lucro para o agronegócio, não houve eliminação da fome, dando um novo sentido para SAN. Segurança Alimentar então, passou a ser relacionada com a garantia do acesso físico e econômico de todas as pessoas a quantidades suficientes de alimentos de forma permanente.

Nesse sentido, podemos perceber que, além do incentivo à produção de alimentos, é essencial garantir o acesso a eles. Josué de Castro, definia a fome como um fenômeno essencialmente social, produzido pelo próprio homem, sendo um produto direto do subdesenvolvimento e diretamente atrelado a desigualdade e pobreza (Castro, 2022).

Para Maniglia (2009, p. 124) a Segurança Alimentar enfrenta seu maior desafio na exclusão, pois, segundo a autora, “a fome origina-se, na maioria das vezes, na desigualdade social, na concentração de rendas, no desperdício, na exploração dos pobres, nas guerras entre os povos, nas omissões dos Estados”.

O conceito atual de SAN está definido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, promulgada em 2006, que classifica Segurança Alimentar como o direito de

todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (Brasil, 2006).

Quando esse direito não é garantido, surge o conceito de Insegurança Alimentar. Este por sua vez, está relacionado a violação do DHAA, que pode ocorrer pela escassez de alimentos, pela falta de recursos financeiros para sua aquisição, por uma alimentação desequilibrada em valor nutricional, entre outras condições (Martins, 2021).

No contexto da pandemia de COVID-19, a situação alimentar tornou-se ainda mais crítica, revelando e agravando as desigualdades existentes, conforme mostra o relatório da ONU publicado em 2023.

O impacto da pandemia da COVID-19 nas vidas e meios de subsistência foi devastador, produzindo uma recessão econômica global que encerrou três décadas de progresso global na redução da pobreza, contribuindo para um aumento estimado de quase 90 milhões de pessoas enfrentando fome em apenas um ano (de 2019 a 2020) (FAO/FIDA/OMS/PMA/UNICEF, 2023, p. 13, tradução própria).

O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN) feito pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) durante o período da pandemia trouxe dados alarmantes, mostrando que apenas 41,3% da população convivia em condições de segurança alimentar na época, mostrando que mais da metade da população enfrentou algum grau de insegurança alimentar. Segundo o mesmo inquérito, 15,5% estavam passando fome no Brasil, o que representa em números absolutos mais de 33 milhões de pessoas (Rede PENSSAN, 2022).

Essa realidade de dificuldades alimentares reflete uma profunda desigualdade social e econômica que afeta diversos segmentos da população, dentre eles os estudantes universitários. Muitos desses estudantes dependem de bolsas e auxílios fornecidos pela universidade ou precisam buscar empregos para se sustentarem, fato também agravado pela pandemia, levando a uma maior vulnerabilidade alimentar entre eles.

Com a suspensão das aulas presenciais nas Universidades durante a pandemia de Covid-19, muitos estudantes voltaram as suas cidades de origem, enquanto outra parcela continuou longe de suas famílias. No contexto universitário, garantir uma alimentação adequada pode ser um desafio, que perpassa o acesso a gêneros alimentícios de qualidade, como também a dificuldade de preparação das refeições.

Alguns estudos (Martins, 2021; Moura, 2022; Da Silva, 2022; Gomes, 2022) apontaram situações difíceis nesse contexto ao estimar as condições de insegurança alimentar entre esse público durante o período pandêmico. O índice de estudantes com IA variou entre 50,5 a 84,3% entre as pesquisas, mostrando uma elevada prevalência dessa problemática no público estudantil.

Todos esses prejuízos podem estar ligados à interrupção do funcionamento dos Restaurantes Universitários, motivada pelas medidas de contenção da disseminação do vírus. Este equipamento possui grande relevância por oferecer refeições nutritivas e saudáveis, com um preço mais acessível a toda comunidade acadêmica (Souza; Fava, Cintra, 2023).

Para Harter *et al.* (2013, p. 38) o serviço dos Restaurantes Universitários possui impacto social que pode ser refletido em termos da saúde dos estudantes, menores custos de alimentação para alunos com condições financeiras mais baixas, ao mesmo tempo, uma otimização no tempo para os alunos que têm diferentes horários de aula durante o dia.

Além da disponibilidade dos RUs, o desmonte das políticas sociais inclusivas e promotoras da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tais como programas de transferência de renda, de incentivo a agricultura familiar, o programa de alimentação escolar, programa de aquisição de alimentos, entre outros, juntamente com as desigualdades persistentes, agravou os impactos da pandemia, comprometendo o Direito Humano à Alimentação Adequada desse grupo de indivíduos.

No contexto do Oeste da Bahia, onde essa pesquisa se debruça, a única universidade a dispor de um restaurante universitário é a UFOB, no *campus* de Barreiras, que conta com uma instalação provisória desde 2017. No ano de 2020, em virtude das medidas de isolamento social, o funcionamento da unidade foi suspenso, retornando as atividades somente em 2023.

É importante salutar que no período em que o restaurante se manteve fechado, a Universidade disponibilizava um auxílio em forma de pecúnia aos beneficiários da assistência estudantil no âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Embora não existam pesquisas nessa comunidade específica, outros documentos institucionais mostram uma insatisfação dos discentes quanto ao não funcionamento do RU. Além do mais, o retorno das atividades equipamento, em 2023, é marcado por mobilizações estudantis acerca do preço da refeição, considerado como elevado pelos

discentes. A luta por um preço mais justo da alimentação no RU da UFOB é motivo de manifestação até os dias atuais na instituição.

De acordo com relatos dos próprios discentes publicados no Relatório de Autoavaliação Institucional da UFOB nos anos de 2022 e 2023 (UFOB 2022; UFOB 2023a; UFOB, 2023b), a falta do RU comprometeu a qualidade da sua alimentação, além de se configurar como um elemento motivador para sua desistência da graduação.

Nos relatórios de 2022, período em que o RU se encontrava fechado, no campo destinado a elogios, críticas, sugestões, que permitiam respostas subjetivas, foram encontradas os seguintes relatos: “Falta o Restaurante Universitário”; “Volta do RU é urgente”; “RU é extremamente necessário na UFOB” (UFOB, 2022, p. 38-44; UFOB, 2023, p. 34-37)

Já no Relatório do semestre letivo 2023.1, marcado pelo retorno das atividades do RU, os comentários se baseiam nas queixas acerca do preço da refeição, que era no valor de R\$ 13,74. No relatório, observa-se os seguintes relatos: “RU que não contempla a comunidade com preços acessíveis”; “Não tenho 13,75 para pagar alimentação, isso dificulta a vida dos estudantes, a UFOB é longe de restaurantes, pagar 13,75 é inviável”; “questões de RU que não contempla a comunidade com preços acessíveis” (UFOB, 2023a, p. 34-37; UFOB, 2023b, p. 27-35).

Para os estudantes beneficiários do PNAES, é disponibilizado um edital de subsídio para as refeições. Uma parte desses estudantes recebe a gratuidade de uma refeição diária fornecida pelo RU, enquanto outro grupo é reembolsado em 70% do valor pago no restaurante da instituição. Em 2023, foram disponibilizadas via edital 150 vagas para gratuidade e 250 vagas para subsídio de 70%. No ano de 2024, foram disponibilizadas 500 vagas para o subsídio.

Por isso, em se tratando de uma região fortemente marcada pelo agronegócio, as desigualdades intensificadas por essa atividade econômica refletem também no contexto universitário, podendo afetar o acesso e a permanência de estudantes de diferentes origens sociais, principalmente no que tange aos elevados custos de moradia, transporte e alimentação. Portanto, é preciso enfatizar a importância da assistência estudantil para mitigar essas desigualdades, mesmo que, para muitos estudantes, esses programas nem sempre são suficientes.

Nesse contexto, um Restaurante Universitário acessível, apoiado nas demais políticas de assistência estudantil, é indispensável para a promoção da segurança alimentar de toda a comunidade universitária, pois, por meio desses recursos, o direito a

uma alimentação saudável e segura é favorecido, o que contribui para promoção da saúde, bem-estar acadêmico e com a sua permanência no ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, é possível identificar os danos causados pela pandemia de Covid-19 nas condições de Segurança Alimentar e Nutricional dos universitários. Da mesma forma, é observa-se que os Restaurantes Universitários acompanhados de políticas de assistência estudantil exercem uma contribuição significativa na promoção da direito à alimentação adequada aos estudantes de ensino superior, bem como de toda comunidade universitária.

Contextualizando com a região inserida, onde o agronegócio é frequentemente exaltado como o grande motor da economia e responsável por garantir a produção de alimentos em larga escala, observa-se a sua grande contradição: enquanto o agronegócio bate recordes de produção e exportação, as cidades enfrentam uma grave crise de insegurança alimentar.

A expansão dessa atividade econômica tem levado a um aumento significativo na produção de *commodities* agrícolas, como soja e milho, como é o caso do Oeste da Bahia. Esse modelo de produção, imerso a lógica capitalista, prioriza o lucro e a eficiência, não se traduz em benefícios diretos para a população local, que continua a enfrentar dificuldades no acesso a alimentos básicos.

Por isso, como forma de garantir a segurança alimentar da sociedade, é preciso maior atenção as políticas públicas no âmbito da alimentação, bem como incentivo a produção agroecológica, aos quintais produtivos, aos campesinatos, inclusive, com articulação com restaurantes universitários, para fornecimento de alimentos *in natura* adequados e saudáveis.

REFERÊNCIAS

AIBA – NÚCLEO DE AGRONEGÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. **Os reflexos do agronegócio no desenvolvimento do Oeste da Bahia**. Barreiras, 2024. Disponível em: <https://aiba.org.br/os-reflexos-do-agronegocio-no-desenvolvimento-do-oeste-da-bahia/>. Acesso em: 03 de jul. de 2024.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Agricultura Familiar na Bahia**. Salvador, SEI, mar. de 2021. Disponível em:

https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/agricultura/agricultura_familiar_bahia_2017_2018.pdf. Acesso em: 22 de jun. de 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome – MDS. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 18 de jun. de 2024.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Todavia, 2022.

CARDOSO, Evanildo Santos. Dinâmica e evolução da paisagem no Município de Barreiras (BA). In: DIAS, P. C.; BRANDÃO, P. R. B. (org). **Cidades médias e pequenas: Dinâmicas Espaciais, Contradições e Perspectivas na relação Cidade-Campo**. Salvador: SEI, 2015, 220 p.

DA SILVA, Tiago Feitosa. **Fatores associados a insegurança alimentar em estudantes de ensino superior no estado do Acre durante a epidemia de Covid-19 - Braçuca COVID**. 2022. 70 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2022. Disponível em: <http://www2.ufac.br/ppgsc/dissertacoes/7a-turma/fatores-associados-a-inseguranca-alimentar-em-estudantes-de-ensino-superior-no-estado-do-acre-durante-a-epidemia-de-covid-19-brazuca-covid-tiago-feitosa-da-silva.pdf>. Acesso em: 17 de fev. de 2024.

FAO/FIDA/OMS/PMA/UNICEF. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2023: Urbanización, transformación de los sistemas agroalimentarios y dietas saludables a lo largo del continuo rural-urbano**. Roma, FAO, 2023. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/a69f5540-6ee7-43f4-a8ef-9eb7b3e7b677/content/cc3017en.html>. Acesso em 05 de jul. de 2024.

FAQUETI, Alini. **Segurança alimentar e nutricional com enfoque na intersectorialidade**. Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo Telessaúde Santa Catarina. Florianópolis: CCS/UFSC, 2019. 199 p.

FERREIRA, Igor. Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023. **Agência IBGE notícias**, Rio de Janeiro, 25 de abr. de 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

GOMES, Jéssica Raissa Carlos. **Insegurança alimentar na comunidade acadêmica durante a pandemia Covid-19-Braçuca Covid**. 2022. 64 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/51894>. Acesso em: 08 de mar. de 2024.

HARTER, A. et al. Estudo de caso sobre a satisfação dos usuários do Restaurante Universitário. **Revista de Estudos Sociais**, v. 15, n. 30, p. 33-42, 2013. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2045>. Acesso em: 02 jul. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022: panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 29 de mar. de 2024

LUZ, Joana Angélica Guimarães da; ANDRADE, Andréia Leandro de Andrade. Instituto De Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável — Campus Professor Edgard Santos — Barreiras, BA. In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves (Org.). **UFBA: do século XIX ao século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2010.

MARTINS, Natália Caldas. **Avaliação da situação de (in)segurança alimentar e nutricional de estudantes universitários em tempos de pandemia (Covid-19)**. 2021. 75 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade de Fortaleza: 2021. Disponível em: <https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=115666>. Acesso em: 13 de mai. de 2024.

MANIGLIA, Elisabete. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 277 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/s3vn9/pdf/maniglia-9788579830143-04.pdf>. Acesso em 29 de jun. de 2024.

MOURA, Edênia Raquel Barros Bezerra de. **Segurança Alimentar e nível de Atividade Física de Acadêmicos de uma Universidade Pública do Estado do Piauí**. Dissertação (Mestrado em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares). Universidade De Pernambuco. Petrolina, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11500683. Acesso em: 12 de mar. de 2024.

NASCIMENTO, Paloma de Souza; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro; FERREIRA, Rubio José. A produção do espaço urbano de Barreiras (BA): reflexões sobre as implicações ambientais em áreas de expansão urbana. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 83297-83310, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/19088/15332>. Acesso em: 28 de jun. de 2024.

PEQUENO, Renato. ELIAS, Denise. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em Região e Cidade do Agronegócio. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 35, p. 10-39, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13727/8927>. Acesso em: 26 de jun. de 2024.

REDE PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2022. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>. Acesso em 01 de jun. 2024.

SOUZA, G. V.; FAVA, H. L.; CINTRA, R. F. Restaurante universitário no contexto da assistência estudantil: Análise da produção científica (2010-2021). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023153, 2023. e-ISSN: 1982-5587. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17484/17318> Acesso em: 03 de jul. de 2024.

UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia. Pró-reitoria de Graduação. **Relatório de Autoavaliação do semestre letivo de 2022.1**. Barreiras, 2022. Disponível em: <https://ufob.edu.br/a-ufob/estrutura/pro-reitorias/prograd/relatorios/relatorio-geral-2022-1.pdf/view>. Acesso em: 12 de jun. de 2024.

UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia. Pró-reitoria de Graduação. **Relatório de Autoavaliação do semestre letivo de 2022.2**. Barreiras, 2023a. Disponível em: https://ufob.edu.br/a-ufob/estrutura/pro-reitorias/prograd/relatorios/relatorio_geral_2022-2.pdf/view. Acesso em: 12 de jun. de 2024.

UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia. Pró-reitoria de Graduação. **Relatório de Autoavaliação do semestre letivo de 2023.1**. Barreiras, 2023b. Disponível em: https://ufob.edu.br/a-ufob/estrutura/pro-reitorias/prograd/relatorios/relatorio_de_autoaaliacao_geral_2023-1.pdf/view. Acesso em: 12 de jun. de 2024.

UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Relatório de Gestão de 2023**. Barreiras, 2024. Disponível em: https://ufob.edu.br/a-ufob/transparencia-e-prestacao-de-contas/2023-1/relatorio-de-gestao-2023_ufob.pdf. Acesso em: 02 de jul. de 2024.